



Recebido em:  
02/07/2017  
Aprovado em:  
02/07/2017  
Editor Respo.: Veleida  
Anahi  
Bernard Charlort  
Método de Avaliação:  
Double Blind Review  
E-ISSN:1982-3657  
Doi:

## FORMAÇÃO PARA INCLUIR: CAMINHOS NECESSÁRIOS E CONVERGENTES

ANDERSON DE ARAUJO REIS  
ANA CLÁUDIA SOUSA MENDONÇA  
DANILO MOTA DE JESUS

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

### RESUMO

Os aspectos relevantes à formação do professor na perspectiva da educação inclusiva têm ganhado centralidade nos debates educacionais, e esse processo está acontecendo devido o crescente número de alunos com deficiência matriculados. O presente artigo tem como objetivo abordar a formação de professores como prerrogativa essencial para promoção da educação inclusiva na perspectiva da pessoa com deficiência, demonstrando o essencial caminho a percorrer, considerando convergência em incluir e formar professores capacitados e reflexivos frente à diversidade. Desta forma urge investimentos na formação de educadores para assumir um novo papel, sensibilizando-os e instrumentalizando-os para um trabalho pedagógico de qualidade, com práticas voltadas para a valorização e o respeito às diferenças, sendo assim, *fator substancial e convergente para que a escola consiga alcançar melhores resultados, uma vez que o professor pode adotar em sua prática cotidiana uma postura que deverá auxiliar o aluno no desenvolvimento de um processo reflexivo.*

**Palavras-chaves:** Educação Inclusiva. Formação de Professores. Pessoa com Deficiência.

### ABSTRACT

The aspects relevant to teacher training in the perspective of inclusive education have gained centrality in educational debates, and this process is happening due to the growing number of students with disabilities enrolled. The purpose of this article is to address teacher education as an essential prerogative for the promotion of inclusive education in the perspective of the disabled, demonstrating the essential way forward, considering convergence in including and training teachers who are capable and reflective of diversity. In this way, there is an urgent need to invest in educating educators to take on a new role, sensitizing them and equipping them for quality pedagogical work, with practices focused on valuing and respecting differences, being a substantial and convergent factor so that the school can achieve better results, once the teacher can adopt in his daily practice a posture that should help the student in the development of a reflexive process.

**Keywords:** Inclusive education. Teacher training. People with Disabilities.

### INTRODUÇÃO

A formação dos professores na perspectiva da educação especial tem ganhado centralidade nos debates educacionais, tendo em vista sua relevância para a inclusão escolar dos alunos com deficiência.

A discussão acerca da educação inclusiva na perspectiva da Pessoa com Deficiência – PcD, tornou-se determinante com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 que passou a considerar educação especial como modalidade de ensino, ofertada na rede regular com objetivos, finalidades e serviços específicos para o atendimento aos estudantes com deficiência.

Com a instituição da Lei nº 13.146/15, Lei Brasileira de Inclusão, que, no Capítulo VI, do direito a educação, Artigo 28, parágrafo X, quando estabelece ao poder público, criar, desenvolver, implementar e incentivar sistemas educacionais inclusivos, além de adoção de práticas pedagógicas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o AEE, determinando como dever do Estado promover a formação continuada do professor na perspectiva inclusiva.

Assim sendo, o presente artigo tem como objetivo abordar a formação de professores como prerrogativa essencial para promoção da educação inclusiva na perspectiva da PCD, demonstrando o essencial caminho a percorrer, considerando convergência em incluir e formar professores capacitados e reflexivos frente à diversidade.

Nesta direção, coaduna-se com Reis (2016) quando destaca que:

A formação continuada na perspectiva da inclusão da PCD no universo da escola, contribui para a melhoria da qualidade de ensino dos alunos, em consequência melhora a qualidade de vida, pois contribui para possibilitar condições de reflexões dos docentes sobre suas práticas, de forma a melhor mediar com as diferenças que é uma realidade das escolas.

Esta afirmação corrobora com Correia (2008, p.28) quando diz que “os educadores, os professores e os auxiliares de ação educativa necessitam de formação específica que lhes permitam perceberem minimamente as problemáticas que seus alunos apresentam que tipo de estratégia deve ser considerado para lhes dar resposta e que papel deve desempenhar as novas tecnologias nestes contextos”. Realça-se que não apenas o professor necessita estar em contínua formação para desenvolver suas habilidades didático-pedagógicas frente à diversidade de alunos no dia a dia da escola, mas todos os profissionais que nela atuam.

Sendo assim, é necessário refletir quanto ao processo formativo como prática que não existe final, a formação deve ser aplicada de forma continuada, como requisito inquestionável e indispensável na vida diária dos professores, dando condições de atuarem de forma mais específica, levando em consideração as especificidades de cada aluno com deficiência. Com isso, é essencial que compreenda o espaço educacional como local favorecido para a permanência de uma formação continuada por natureza. Estimulando a produção do conhecimento e experiências a partir das práxis existentes no chão da escola, do fazer pedagógico frente à pessoa com deficiência.

Considera-se que o chão da escola é um laboratório permanente, espaço germinativo de questões de natureza profunda, as quais possibilitarão reflexões que promovam um espaço de educação pautado nos princípios básicos de igualdade e solidariedade, promovendo o reconhecimento de cada sujeito como ser humano.

## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONQUISTAS E REALIDADE**

A educação inclusiva na perspectiva da educação especial está sendo na atualidade um dos maiores desafios educacional, a grande dificuldade para consolidar-se, tem sido a permanência da mentalidade preconceituosa da sociedade que olha o “diferente” como inferior. É importante destacar o que é de fato uma escola inclusiva. Um documento que representa um avanço maior para esta educação do ponto de vista legal, é a resolução CNE/CEB nº 2/2001, onde é instituída as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, onde determina que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP,2001)

Com isso, pode-se afirmar que a verdadeira escola inclusiva não é aquela que apenas inclui um aluno com deficiência, seja ela física, mental, auditiva, visual ou múltipla, mas sim aquela que é capaz de garantir a permanência desses sujeitos, promovendo uma aprendizagem qualitativa e de capacitação para a atuação social. Vale lembrar que a escola é um espaço plural levando em consideração a grande diversidade de sujeitos, e um espaço ímpar no tocante

ao respeito a essas diferenças, cabendo a todos os que fazem parte do meio educacional procurar adaptar-se e promover meios para que ocorra de fato a inclusão, é preciso levar em consideração que todos os educandos, mesmo com suas limitações, são capazes de obter benefícios de programas de aprendizagem, desde que respeitando suas especificidades.

Embora nos últimos anos tenham sido desenvolvidas experiências promissoras, a grande maioria das redes de ensino carece das condições institucionais necessárias para sua viabilização. Aparatos legais já existem, porém ainda fazem-se necessários muitos avanços, e é preocupante a situação no tocante à inclusão. De que adianta uma escola ser inclusiva e não incluir de maneira total os que necessitam. Como é sabido a LDB em seus artigos de 58 a 60, fundamenta a “obrigatoriedade” de oferta de ensino aos alunos com necessidades especiais. Mas até que ponto essa obrigatoriedade é positiva. As leis que regem a Educação Inclusiva são espetaculares, mas em sua grande maioria, as escolas não possuem o apoio especializado para atender às peculiaridades da clientela da educação especial, apoio este que vai desde a sala de recurso à formação e capacitação profissional. Mesmo com a Convenção de Salamanca, os fundamentos da escola inclusiva não foram de fato implantados nas escolas. Quando isso se concretizará. Até quando os alunos com necessidades educacionais especiais estarão à margem do processo educativo.

Para responder, vislumbra-se nos estudos de (BOURDIEU, 1966, p.336-337 apud PERRENOUD, 2001, p.66) quando descreve que:

Para favorecer os mais favorecidos e desfavorecer os menos desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore no conteúdo do ensino transmitido, nos métodos e nas técnicas de transmissão e nos critérios de julgamento, as desigualdades culturais entre as crianças provenientes das diferentes classes sociais, em outros termos, ao tratar todos os ensinados, por mais desiguais que eles sejam, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar é levado a sancionar as desigualdades iniciais frente à cultura. A igualdade formal que regula a prática pedagógica, na verdade, serve de máscara e de justificação às desigualdades reais frente ao ensino e frente à cultura ensinada, ou, mais exatamente, exigida.

É uma abordagem de chamado para vislumbrar o papel da escola para com o processo de inclusão, o grande desafio é tornar iguais os que são diferentes, sem eliminar as suas diferenças e tratá-los de forma coerente e homogênea. A construção de uma escola que seja de fato inclusiva, só vai ocorrer quando houver o envolvimento social, escolar e familiar sobre a importância da inclusão. É triste salientar que não são muitas as escolas que se preocupam em buscar um ensino de qualidade que venha a atender a todos, algumas se restringem a nomenclatura e acreditam que ao inserir uma criança com necessidades especiais em uma turma regular e deixá-la no canto, sem tentar preparar seus profissionais para atendê-la da melhor forma possível como às outras crianças, é incluir.

Um fator que contribui para a não efetivação de um ensino inclusivo é a falta ou má qualificação profissional por parte dos docentes, a atuação dos mesmos, acima de tudo, deve estar embasada em princípios de respeito e responsabilidade. É fundamental, nesse sentido, que os educadores independentes de ter ou não aluno com deficiência, devam buscar se capacitar, possibilitando melhor desempenho do ensino aprendido, mas possibilitando melhores práticas pedagógicas, conforme afirma Pacheco (2006, p.34) “para que a inclusão passe a ser mais do que um enfeite de teses, será preciso interrogar práticas educativas dominantes e hegemônicas. Será preciso reconfigurar as escolas”.

Neste sentido, ainda vislumbra-se carência de formação de professores no tocante a inclusão da PcD no âmbito escolar. Sendo assim para que a escola se torne um ambiente democrático e que respeite as diferenças, necessita-se de profissionais da educação éticos, detentores de conhecimentos, capazes de promover um ensino de qualidade com aspecto pautado a partir da coletividade, buscando aplicações de metodologias que se adequem as especificidades e habilidades, suscitando nos alunos interesse em aprender, assegurando acompanhamento do desenvolvimento de cada sujeito, oportunizando o direito de ser inserido no contexto escolar, referindo-se dessa forma a uma educação inclusiva.

#### **FORMAÇÃO CONTINUADA: CAMINHO, MODIFICAÇÕES E DESCOBERTAS DE NOVAS FORMAS DE ENSINAR**

Boaventura de Souza Santos (2004) afirma que a sociedade está vivenciando uma crise que se configura numa fase

de transição paradigmática. Esse estágio pode ser representado por duas dimensões principais: a dimensão epistemológica e a dimensão social. Na verdade, está ocorrendo uma ruptura epistemológica que coloca o conhecimento científico como algo superior e muitas vezes inalcançável, distante da realidade da maior parte da população.

Dessa forma, faz-se necessário perceber a dimensão política da educação, para uma reflexão na perspectiva inclusiva da PcD, buscando promover a formação de forma integral do sujeito, estimulando o desenvolvimento da criticidade, da autonomia e do protagonismo de autoria com vista na construção do conhecimento e emancipação do sujeito.

Porém para que o professor possibilite instrumentos que favoreça a transformação do aluno, fazendo-o despertar a partir do conhecimento significativo de cada discente, é necessário o diálogo entre seus pares, conforme cita Reis (2016) que “dialogar entre profissionais da educação, nada mais é que fomentar reflexões sobre o dia a dia do ambiente escolar ou espaço não formais, objetivando promover mudanças de posturas, e, por conseguinte de valores”.

Assim, podem-se desvendar caminhos, modificações e descobertas para promoção da emancipação do aluno, público-alvo da educação especial, por entender que um processo educativo pautado na emancipação perpassa pela intrínseca necessidade de uma práxis pedagógica. Desta forma, o professor como um dos atores envolvidos nesse processo, deve estar em constante reflexão sobre sua prática, buscando revalorizar conhecimentos e atividades não hegemônicas, inovando suas ações metodológicas.

Reis (2016) destaca a “necessidade de ressignificar valores e atitudes frente à diversidade, é ultrapassar os limites daquilo que se considera como verdade absoluta e que o universo educacional ainda insiste em preservar”. Para tanto, é importante compreender a formação de professores na perspectiva da educação especial como parte integrante no desenvolvimentos das práxis educacionais.

Entende-se o professor como sujeito que tem limitações e visões de mundo, como qualquer cidadão que, segundo Arroyo (2000, p. 45) coloca um pouco de si em cada escolha pedagógica, ou seja, “há algo de nós, de nossas crenças e esperanças, de nossas descrenças e desânimos”. No entanto, cabe ao docente, a partir de reflexões, quebrar seus próprios paradigmas e se questionar sobre o tipo de educação que está oferecendo diante do aluno com deficiência.

Reis (2016) afirma que a “formação de professores e gestores na perspectiva [...] inclusiva da PcD é fundamental por entender que todos momentos de busca do conhecimento e discussões das experiências são fundamentais para possibilitar a melhoria da qualidade de ensino, além de ser via de promoção da cidadania”. Sendo assim, é inegável a necessidade de repensar os papéis pré-estabelecidos e as visões pré-concebidas de educação na perspectiva da PcD.

É indispensável uma prática docente reflexiva e continuamente atualizada diante de uma sociedade que privilegia a padronização total, marginalizando o diferente. Segundo Nóvoa (1995, p. 25), “é no contexto da escola que o docente constrói a sua profissão”. Com isso, a escola é conduzida a promover um espaço de discussão e ação, no qual se formam parcerias, reflete-se sobre a prática pedagógica diária e sobre o que fazer, por que fazer e como fazer.

A escola deve ter o papel de agir como produtora de uma ideologia que busque a aceitação e valorização das diferenças. Segundo Gramsci (1984) a educação tem grande significado estratégico na luta contra a ideologia dominante, já que pode atuar no sentido de destruir a hegemonia da classe burguesa através da formação de intelectuais de outras classes, capazes de propagar suas concepções de mundo.

A formação continuada de professores na perspectiva da PcD, ainda é diminuta frente a realidade de se promover a educação inclusiva. O processo de inclusão da pessoa com deficiência no âmbito da escola requer profundas modificações, porque trabalhar com educação inclusiva e vivenciar o novo diariamente, nunca um dia é igual ao outro, por isso que a formação continuada é importante. É aprender fazendo, compartilhando, dialogando.

A formação do professor desponta ramificações de caminhos e possibilidades, favorece modificações nas ações e descobrem-se novas formas de ensinar, de lidar com o outro. O processo de aprender é contínuo. Reis (2016) ressalta que “a formação permanente precisa constituir-se de um processo permanente de aprendizagem, proporcionando a percepção dos diferentes movimentos existentes na sociedade e na escola”.

Acrescenta Reis (2016, p.99):

É continuo esse processo de aprender. E é nesse processo de modificação e compreensão que acontecem as transformações, o *link* de ensinar e aprender é acionado. É partilhando experiências que avançamos no processo educacional, isso é conferido na fala do Professor AEE1: É por isso que a formação continuada é necessária, sempre tem que existir, e digo de forma partilhada, porque minha experiência ela pode ajudar a outras pessoas que estão na mesma dificuldade ou de forma similar. Não considero que somente a exposição dos conteúdos é suficiente, é necessário partilhar as experiências vivenciadas no dia a dia da escola.

É neste processo de conhecimento dos diversos caminhos a ser percorrido que se encontra o segredo para a saída do estágio de impotência em determinadas situações. A escola, que antes compartilhava com a família a responsabilidade de educar as crianças e jovens, encontra-se hoje sozinha nesse árduo trabalho. A desestruturação das famílias, inversão e até ausência de valores presentes na sociedade contemporânea aumentam, sobremaneira, o peso das responsabilidades da escola.

É por isso que o professor comprometido com o seu trabalho vê-se diante do desafio de formar cidadãos conhecedores dos seus direitos e deveres, despertar o senso crítico diante de questões sociopolíticas, a exemplo da necessidade de trabalhar valores essenciais para uma vida digna em sociedade e promover o respeito às diferenças, entre inúmeros outros desafios.

Desta forma, professores comprometidos com a educação inclusiva na perspectiva da PcD, devem engajar-se numa proposta que permita a construção e reconstrução de posturas baseadas no comprometimento político com sua tarefa de educador, na busca da competência profissional, na visão participativa do trabalho docente e principalmente na conscientização da necessidade e importância social da situação educativa.

Abandonar discursos de “não querer” ou “não saber” trabalhar com alunos com deficiência, é integra-se com as bases legais da educação inclusiva, as quais se destaca a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015 no art. 28, quando incumbe ao poder público, assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar com adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado.

A efetivação legal vem esbarrando em práticas ultrapassadas e, conforme alerta Mantoan (2004), para que se cumpra o que está disposto na Convenção da Guatemala, por exemplo, os órgãos responsáveis pela emissão de atos normativos infra legais e administrativos relacionados à educação (Ministério da Educação, conselhos de educação e secretarias de todas as esferas administrativas), deverão emitir diretrizes para a Educação Básica, em seus respectivos âmbitos, com orientações adequadas e suficientes para que as escolas em geral recebam com qualidade todas as crianças e adolescentes (2004, p.16).

Percebe-se com isso que o professor sozinho não alcançará o ideal de uma educação emancipatória e mais adequada às exigências da atualidade, visto que encontrará barreiras burocráticas e pedagógicas às suas ações conforme diz Reis (2016):

Constata-se que a caminhada pela diversidade e sua inclusão nas salas regulares e na sociedade como um todo é batalha a ser vencida, onde os obstáculos são um emaranhado de galhos a serem quebrados diariamente no galgar de uma educação que chegue a quem necessita sem os melindres do preconceito e da rejeição que já deixaram marcas significativas na história de lutas por educação digna, onde haja espaço para todos.

Sendo assim, a formação coninuada de professores deve caminhar entrelaçada, uma complementa a outra na dinâmica da vida, possibilitando aos indivíduos experimentar o novo, ressaltando suas experiências, seus sonhos, sua vida diária, as interações sociais e a dinâmica profissional, dando subsídios para um trabalho voltado para o outro com suas especificidades e singularidades, desbravando assim, caminhos, modificações e descobertas de novas formas de ensinar.

## CONSIDERAÇÕES

A Educação Inclusiva perspectiva da PcD, está em estágio de evolução e de adaptação no contexto escolar, para que se possa ser contínuo essa evolução, é necessário garantir a acessibilidade plena de todos os alunos no universo educacional, desta forma é mister promover e fortalecer a formação dos professores proporcionando rede de intercomunicação a escola e toda rede colaborativa que atende os alunos com deficiência. O respeito às diferenças é um dos valores indispensável e necessário para concretizar a inclusão da PcD na escola, pautada numa perspectiva de reflexão crítica, emancipatória, igualitária.

Para tanto, vale ressaltar a importância da práxis do professor como agente mediador do processo de aprendizagem, não bastando ser somente um agente reproduzidor dos conhecimentos, mas um profissional que busque a partir das habilidades e especificidade e do conhecimento significativo do aluno com deficiência, exercendo seu papel como cidadão e parte integrante de uma sociedade.

É recorrente a defesa de que a formação dos professores não se dá apenas em escolas e em universidades, mas acontece ao longo da vida, de forma continuada, por isso, é importante refletir sobre a constituição do ser professor e a construção da identidade docente.

Assim sendo, para que se possa promover a inclusão da PcD na escola é exigido do professor que ele pesquise e contribua para a construção de um projeto político pedagógico com base na igualdade de oportunidade.

Para isso é inquestionável que a formação de professores está intrinsecamente ligada a pesquisa, já que é através de uma análise crítica da sua prática que o professor toma consciência de dimensões e questões anteriormente ignoradas. Sendo assim, *fator substancial e convergente para que a escola consiga alcançar melhores resultados, uma vez que o professor pode adotar em sua prática cotidiana uma postura que deverá auxiliar o aluno no desenvolvimento de um processo reflexivo.*

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Essas escolhas têm uma longa história.** In: Caderno do Professor. CERP/SEE – MG, n. 5, março de 2000.

BRASIL, **Lei nº 13.146** de 6 de julho de 2015. Presidência da República. Acesso em 16 de fevereiro de 2017 através do endereço eletrônico: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/.../L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/.../L13146.htm).

BRASIL, **Decreto Nº 3.956**, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Guatemala: 2001.

BRASIL, **Decreto nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Brasília, DF: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/legislações>. Acesso: 28/03/2015.

BUENO, J. G. S. **Educação inclusiva e a escolarização dos surdos.** Revista Integração, Brasília (Ministério da Educação e do Desporto/ Secretaria de Educação Especial), v.13, n.23, p.37- 42, 2001.

COSTA, Kátia Regina L. **Caminhos da Inclusão: De onde viemos e para onde vamos**In:IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, 2010, São Cristóvão.

GRAMSCI, A **Concepção dialética da história.** 5. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

MANTOAN, Maria Teresa E. **O direito de ser, sendo diferente, na escola.** REVISTA CEJ, V. 8 n. 26 jul./set. 2004.

NÓVOA, Antônio. **Os professores e sua formação.** 2. Ed. Portugal: Dom Quixote, 1995.

PACHECO, José et al. (org.). **Caminhos para a inclusão**: um guia para aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PERRENOUD, Philippe. **A pedagogia na escola das diferenças**: fragmentos de uma sociologia do fracasso escolar. Trad. Claudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2001.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Tradução Rita Lima. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

SANTOS, BOAVENTURA DE S. **Universidade no Séc. XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade**. 3 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

REIS, Anderson. A. **Educação Ambiental e Educação Inclusiva**: possíveis conexões. Dissertação de Mestrado; Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

Não há informação de rodapé.